

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 08 de fevereiro de 2018

Horário de início: 14h

Horário de término: 16h30min

Local: Sede da Previdência Social (INSS)

Conselheiros governamentais presentes:

Nícolas Aprígio Koenigkam Soares (Secretaria de Saúde)

Fábio Braga Rosa (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Leomarquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadores de Setores que atendem a Pessoa com Deficiência)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Demais participantes:

Luciene Batista P. Alves (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis / mãe de criança com deficiência)

Adelino Neto G. Pampuri (estagiário da Secretaria Executiva do CMDPD)

Pauta:

- 1) Apresentação do Cronograma de Atividades do CMDPD para 2018;
- 2) Apresentação do Relatório dos trabalhos realizados em janeiro de 2018 por uma Comissão do CMDPD;
- 3) Eleição dos Representantes do Conselho no Fórum de Educação;
- 4) Planejamento de ações do Conselho para o Mês da Mulher;
- 5) Apresentação da arte do novo fôlder do Conselho.

Informes (se houver):

Não há Informes.

Assuntos discutidos/tratados:

Rita de Fátima dos Santos, a Presidente, inicia a Reunião e distribui a Pauta e o Calendário de Reuniões Ordinárias do CMDPD (ano 2018). Segue com uma Oração de agradecimento a Deus pelos presentes terem podido comparecer a essa Reunião, em um momento em que Angra dos Reis é acometida pela violência da guerra do tráfico de drogas. Passa-se à Primeira Pauta, e ela faz a leitura do Cronograma de Atividades do CMDPD para o ano de 2018. No tópico sobre as mães servidoras com filhos com deficiência, a conselheira Leomarquia Libório informa que, felizmente essas mulheres conseguiram a redução de sua carga horária junto à Prefeitura. Entretanto, Leomarquia ressalta que ainda é preciso lutar pela alteração do Artigo 74, da Lei Municipal Nº 412, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público, a fim de que o Benefício se

torne obrigatório, e não opcional. A Presidente Rita reforça a fala de Leomarquia, chamando a atenção para o fato de que, a redação daquele Artigo vincula a redução de carga horária somente

à licença acompanhamento, sem fazer referência às mães com filhos com deficiência, o que deixa vago o direito dessas. O conselheiro Jorge Nunes concorda com Rita, sinalizando que é preciso inserir o termo “mães com filhos com deficiência”, no respectivo Artigo, para que esse direito seja garantido. Rita ressalta que outras mães servidoras, da área da saúde, que trabalham sob o regime de plantão, também solicitaram a redução de sua carga horária. Rita reflete como a Justiça poderá considerar o caso, uma vez que essas mulheres já eram mães de filhos com deficiência antes de realizarem o concurso público. Segundo o conselheiro Nicolás Soares, na Secretaria de Saúde há uma facilidade, por parte da gestão, em modificar o regime de plantonista para o de diarista, com os benefícios garantidos. Assim, ele entende que não será difícil para a gestão adequar a carga horária a fim de que essas mães consigam o benefício da redução. A conselheira Leomarquia explica que, já foi oferecido essa opção de condição de trabalho a essas funcionárias, porém, elas não aceitaram. Leomarquia se propôs a discutir melhor esse assunto com elas. Segundo Rita, é preciso analisar cada caso e os direitos de cada pessoa em sua especificidade. A conselheira Elisa Baganha lembra que no atual processo seletivo para monitores em educação especial, promovido pela Secretaria de Educação, houve mães que se inscreveram pressupondo uma redução de carga horária. Para Elisa, isso agravaria um problema já existente, que é o número reduzido de monitores na rede municipal de ensino. A conselheira Marilda de Oliveira ressalta que mesmo com a contratação de novos monitores, através do processo seletivo em vigência, muitas escolas continuariam sem esse profissional, uma vez que a Comissão Divulgadora do Autismo (C.D.A.) realizou um levantamento, no ano de 2017, sobre a demanda existente na rede, chegando a conclusão de que seria necessário 80 novos monitores em relação à quantidade de alunos autistas no município. A Presidente Rita se recorda de Audiências Públicas realizadas em 2017, com a participação do Promotor do Ministério Público, que enfatizou a necessidade de contratação de mais monitores para a rede municipal de ensino, pressionando a Prefeitura para isso. Na ocasião, as mães com filhos com deficiência não se mostraram interessadas em fazer o concurso, nem discutiram a questão da redução de carga horária. Assim, Rita segue afirmando que esse fato é polêmico, pois pode interferir diretamente no atendimento à pessoa com deficiência. Nesse caso, o Conselho acaba por não poder apoiar às mães quanto à redução, pois isso faz com que ele não defenda os direitos da pessoa com deficiência, já que não há um quantitativo de monitores o suficiente. Entretanto, Rita aponta para a importância do CMDPD em continuar cobrando por mais monitores, a fim de se garantir uma efetiva educação inclusiva. A conselheira Leomarquia manifesta sua compreensão face ao posicionamento das mães, mas entende das dificuldades que as mesmas, com filhos com deficiência, têm em trabalhar fora, direito esse que precisa ser garantido. A Presidente Rita destaca que a luta dessas mães é uma luta legítima e nacional, não abrangendo apenas o município de Angra dos Reis. Ela cita o Encontro de Assistentes Sociais da Região da Costa Verde, em 2017, onde o assunto foi debatido e pontuou-se alguns avanços já conquistados. Por exemplo, até pouco tempo as mães que recebiam benefícios pelo INSS, em função de seus filhos com deficiência, corriam o risco de perder caso passassem a trabalhar fora, mesma em um trabalho autônomo. Rita conclui a leitura do Cronograma e passa à Segunda Pauta, fazendo a leitura do Relatório dos trabalhos de uma Comissão do CMDPD, de janeiro de 2018, composta pelos conselheiros Rita de Fátima dos Santos, Jorge Luís da Silva Nunes, Cíntia Maria Francisco dos Santos e Ester Souza da Silva. A mesma se reuniu com o responsável pela Comissão do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, Israel Carlos da Silva, e o Superintendente de Habitação/Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Ary Bernardo da Silva Filho. Israel trouxe as normativas federais sobre cotas para pessoas com deficiência e idosos a serem contemplados pelo Programa, onde constam a condicionalidade em se construir as residências em localidades onde funcionam creches, escolas e unidades de saúde. Israel apontou para problemas na condução do Programa em Angra, como divergências na documentação das famílias durante o processo do cadastramento (documentação incompleta, fora dos critérios etc.), e a impossibilidade de incluir todas aquelas que fizeram a inscrição, em função do número limitado de vagas. Entretanto, ele se comprometeu em tentar garantir as cotas para pessoas com deficiência e idosos. A Comissão teve acesso a documentos

do Programa “Minha Casa, Minha Vida” do município, referentes ao cadastro, e já solicitou uma visita ao Condomínio recém-construído, no bairro da Banqueta, para averiguar a acessibilidade, mas ainda não foi agendada. Em seguida, a Presidente Rita fala sobre o Projeto de Acessibilidade para a Praia Grande, após ter conversado com o Arquiteto Waslington, da Secretaria Executiva de

Cultura e Patrimônio, sobre a preocupação de que as obras sejam feitas com adequabilidade ao público com deficiência. Ela aponta para as possibilidades de realização desse Projeto, referendando-se no Projeto “Praia para Todos”, da cidade do Rio de Janeiro, mas também aponta para os problemas de execução. O conselheiro Fábio Rosa se coloca à disposição para contribuir com o Projeto de Acessibilidade da Praia Grande, mas levanta que é importante continuar cobrando do poder público. O conselheiro Jorge Nunes sugere aos conselheiros Fábio Rosa e Fabiano Santos, da Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Mobilidade Urbana, que façam parceria com o Arquiteto Waslington a fim de efetivarem o Projeto em conjunto. Jorge informa que a Secretaria Executiva de Meio Ambiente já sinalizou a intenção de convidar o CMDPD para participar da construção do “Projeto de Mobilidade Urbana”. A Presidente Rita realça a falta de interlocução entre as Secretarias, o que dificulta a efetivação de uma política voltada às pessoas com deficiência. Nesse sentido, cabe ao Conselho chamar a atenção para isso. Além disso, há o problema da troca constante de gestores e técnicos, em nosso município, o que, no seu entendimento, prejudica a continuação dos projetos, bem como dos serviços oferecidos. Continuando o Relatório, onde é descrita uma reunião convocada pelo Conselho com a Secretária de Educação, a mesma informou que não é mais a responsável pelo Projeto Teclar, cujo fim partiu de uma decisão do Gabinete do Prefeito. Os computadores utilizados foram transferidos para uma repartição da prefeitura localizada no bairro da Sapinhatuba II, sendo que já foram solicitados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania. No que diz respeito à acessibilidade da Biblioteca Pública Municipal, também não é de responsabilidade da Secretaria de Educação, mas da Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio. No que tange ao atendimento prestado pela Secretaria de Educação ao público com deficiência intelectual (D.I.), a Secretária respondeu que o mesmo não pode mais ser garantido àqueles que não mais se encontram em idade escolar, ficando para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania a execução de ações para esse público. A conselheira Marilda de Oliveira reclama a ausência da conselheira representante da Educação, que poderia esclarecer sobre o término do atendimento ao público com D.I., e a nova proposta de incluir esse público em um curso do EJA (Educação de Jovens e Adultos), o qual vem sendo ministrado nos bairros da Japuiba e Jacuecanga, no turno da noite. Segundo Marilda, as pessoas com D.I. encontram-se prejudicadas, uma vez que o EJA que vem sendo oferecido não possui infraestrutura adequada quanto à localidade, horário e auxílio no transporte, já que no município há uma dificuldade na concessão do Passe Livre, tanto para a pessoa com deficiência, quanto para seu acompanhante. A Presidente Rita passa à Terceira Pauta, pedindo que os conselheiros se manifestem quanto à candidatura à representação no Fórum de Educação. Os conselheiros Jorge Nunes e Leomarquia Libório assim o fazem. Passando à Quarta Pauta, como se refere a um planejamento do Mês da Mulher, cuja data se aproxima, e muitos conselheiros não compareceram a essa Reunião, decidiu-se por não fazer essa discussão. Finalizando com a Quinta Pauta, a Presidente comunica que a conselheira Ester Souza, que ficou com a atribuição de produzir a arte do novo fôlder do Conselho, por motivos pessoais, não pôde comparecer. Assim, a última Pauta ficou para a próxima Reunião Ordinária. O conselheiro Nicolas Soares solicita um tema de Pauta para a Reunião de abril, qual seja, apresentação e esclarecimento das ações e serviços que estão sendo ofertados pela Secretaria de Saúde. A conselheira Marilda de Oliveira solicita um tema de Pauta para a Reunião de março, qual seja, debate entorno do Passe Livre, com a presença de representantes da Superintendência de Trânsito/PMAR e da Viação Senhor do Bonfim. Não havendo mais assunto, a Segunda Secretária da Diretoria do CMDPD, Elisa Chiesorin Baganha, junto à Presidente, Rita de Fátima dos Santos, dão por encerrada a Reunião, assinando e lavrando esta Ata.....

Deliberações (se houver):

Elege-se, em unanimidade, os novos representantes do CMDPD no Fórum Municipal de Educação: Jorge Luís da Silva Nunes, como Titular, e Leomarquia Gonçalves da Silva Libório, como Suplente.

Encaminhamentos:

Solicitar uma reunião, em caráter de urgência, desse Conselho com a Procuradoria Geral da Câmara Municipal para tratar de dois assuntos, a saber: a) revisão do Art. 74 da Lei Municipal N°

412 (Estatuto do Servidor Público), o qual dispõe sobre a licença acompanhamento; b) discussão sobre as legislações vigentes entorno do Passe Livre.

Solicitar uma reunião, em caráter de urgência, desse Conselho com a Comissão Permanente de Assistência Social da Câmara Municipal para tratar dos seguintes assuntos, a saber: a) discussão sobre as legislações vigentes entorno do Passe Livre; b) discussão sobre as demandas da população com deficiência, no município de Angra dos Reis, com o objetivo de criar Projetos e/ou reformular Leis que atendam às necessidades atuais dessa população;

Solicitar uma reunião, em caráter de urgência, desse Conselho com a Coordenação da Pessoa com Deficiência e Juventude / Secretaria Executiva de Assistência Social para tratar dos seguintes assuntos, a saber: a) conhecer as atribuições dessa Coordenação; b) planejar, em conjunto com o CMDPD, ações voltadas às necessidades do público com deficiência no município de Angra dos Reis.

Solicitar à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia informações sobre o último processo seletivo para monitor da rede municipal de ensino, quais sejam: a) relação de escolas aonde esses monitores serão lotados; b) quantidade de vagas que foram abertas para monitores e sua relação com a quantidade de vagas que precisam ser preenchidas em toda a rede; c) planejamento dessa Secretaria em convocar mais monitores do que o número previsto no Edital do Concurso, caso surjam novas necessidades.

Presidente do CMDPD

Segunda Secretária CMDPD

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 15 de março de 2018

Horário de início: 14 horas e 30 minutos

Horário de término: 17 horas

Local: Prédio do INSS, Rua Coronel Carvalho, nº 43 – Centro, Angra dos Reis

Conselheiros governamentais presentes:

Angela dos Santos Bersot Ribeiro – Secretaria Municipal de Saúde

Lucinda de Oliveira Cordoeira – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Fabiano Jardim Clemente Santos - Secretaria Municipal De Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

Vanessa Davies Sampaio da Silva – Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Jorge Luís Nunes – APADEV

Rita de Fátima dos Santos – AADEF

Jeruza Maria Ramos Feitoza – APAE

Elisa Chiesorim Baganha - Pestalozzi

Demais participantes:

Daiane Alves da Silva - Mãe Pestalozzi

Érica do Nascimento Santos - Mãe Pestalozzi

Cleonice Tossin Silva - Mãe Pestalozzi

Ana Cindielcia de Araujo - Mãe Pestalozzi

Elaine de C. M. de Lima - Mãe Pestalozzi

Ana Lúvia de C. M. de Gelcelia Pascão V. dos Santos - Mãe Pestalozzi

Luciene Batista Pereira - Mãe Pestalozzi

Cintia Faria - Mãe Pestalozzi

Ariana Pereira Cruz Silva - Mãe Pestalozzi

Maria Cecília da Silva (UTDDI)

Alice - Mãe Pestalozzi

Pauta:

- 1) Apresentação da arte em definitiva do novo folder do Conselho.
- 2) Leitura dos relatórios das reuniões da Comissão durante o mês de fevereiro e princípio do mês de março.
- 3) Leitura do ofício resposta do MP sobre o passe livre.
- 4) Formação de uma comissão para elaboração da “Ficha de Notificação Compulsória de Casos Suspeitos ou Confirmados de Maus Tratos contra Pessoas com Deficiência” .
- 5) Formação de uma comissão para construção de um “Roteiro para Apresentação de Programas” e de um “Roteiro para Visita de Fiscalização” , ambos a serem usados no processo de inscrição de programas governamentais e não governamentais no CMDPD.

Assuntos discutidos/tratados:

- 1) O primeiro assunto da pauta não foi discutido, uma vez que a conselheira responsável pela arte do folder não pôde comparecer à reunião.
- 2) Os conselheiros participantes da Comissão explicaram as atividades que realizaram durante esse período.
- 3) Em relação ao terceiro assunto, Rita leu o ofício do MP que propõe um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre a Prefeitura de Angra dos Reis e a empresa de ônibus Senhor do Bonfim, pois até o momento não houve acerto entre as partes. Rita falou sobre a reunião que ocorreu entre o CMDPD, representantes da Câmara Municipal, gerente da Bonfim e Secretaria de Trânsito, na qual o gerente da Bonfim não se pronunciou. Todos entendem que o impasse na aplicação da lei do passe livre está no fato de que a lei elaborada pelo vereador Jorge Eduardo não prevê a fonte do recurso para aplicação da mesma. Rita disse que a Comissão de Assistência Social da Câmara pediu para o CMDPD fazer projeto sobre esse orçamento, o que todos consideraram um absurdo, uma vez que isso não é uma atribuição do conselho. Em relação a essa sugestão, feita na citada reunião, os representantes do conselho propuseram que a própria Comissão de Assistência é que deveria fazer uma emenda à lei, porém não houve uma resposta. Rita considera que essa questão já fugiu ao poder de ação do conselho, mas todos concordam em fazer últimas tentativas para solução do problema, a saber: responder ofício do MP, solicitando ampliação do prazo para resposta e pedindo novamente reunião do representante do mesmo para novos esclarecimentos; articulação entre pessoas com deficiências ou responsáveis para possível abertura

de processo junto à defensoria pública, com assessoramento da CDA. Fica combinado também que o conselho buscará o contrato de concessão/licitação da Bonfim com a Prefeitura para entender melhor quais são as responsabilizações acertadas entre a empresa e a prefeitura.

- 4) Em relação aos itens 4 e 5, a Comissão ficou assim formada: Jorge Luís, Leomarquia e Angela Bersot.

Foi ainda feita a discussão sobre o “Plano de Assistência Social” . A conselheira Vanessa não soube explicar como preencher o quadro, mas ficou de se informar para ajudar o conselho a preenchê-lo.

A CDA informou que nos dias 03 e 04 de abril (Dia do Autista) haverá passeata e palestra e convidou todos a participarem.

Lucinda (conselheira pela SECT) leu a resposta ao Ofício nº 17 de 19 de fevereiro de

2018 solicitando informações sobre o processo seletivo para monitor. Ela explicou que existem 12 monitores em exercício e que a SECT pediu ampliação do quadro para ser aprovado pela Câmara ou através de concurso público. Ela explicou que nenhuma mãe poderá ser acionada pelo conselho tutelar por causa da ausência na escola motivada pela falta do monitor. Ela orientou às mães presentes que nesse caso devem pedir à direção da escola um documento explicando a situação.

Não havendo mais nada a tratar, eu Angela dos Santos Bersot Ribeiro, primeira secretária, lavro esta ata.

Assinatura da Presidente do CMDPD

**Assinatura da Primeira
Secretária do CMDPD**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 26 de abril de 2018

Horário de início: 14h

Horário de término: 16h30min

Local: Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho, nº 43, Centro, Angra dos Reis - RJ

Conselheiros governamentais presentes:

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade/Secretaria Executiva de Meio Ambiente)

Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Superintendência de Esporte e Lazer)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora de setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Bethânia Neves Sampaio (Trabalhadora de setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Demais participantes:

Jaqueline Rocha (Assistente Social do Caps II)

Adelino Neto G. Pampuri (Estagiário do CMDPD)

Pauta:

1) Apresentação e discussão do “Roteiro de Visita de Fiscalização”, do “Formulário de Inscrição de Entidades” e da “Ficha Compulsória de Casos de Maus-Tratos Contra Pessoas com Deficiência”.

2) Formação de uma Comissão de Vistoria e Fiscalização de Setores Públicos e Privados.

Informes (se houver):

Não há informes.

Assuntos discutidos/tratados:

O Vice Presidente do CMDPD, Jorge Nunes, apresenta um Ofício do Ministério Público Estadual, que solicita uma vistoria desse Conselho às escolas particulares do município, com vistas à averiguação de acessibilidade e inclusão. Jorge informa que obteve do Conselho Municipal de Educação uma relação das escolas da rede privada, com os endereços e telefones. Com base na mesma, a Comissão a ser formada fará a vistoria. Em seguida, a conselheira Leomarquia Libório faz a leitura do “Roteiro de Visita de Fiscalização”. A conselheira Andréa Portugal sugere alteração nos itens relacionados a assuntos financeiros, como a inclusão de valores estimados, sendo aprovada por todos. A conselheira Bethânia ressalta que é importante registrar a participação das entidades nos Conselhos, o que também é aprovado pelos presentes. Andréa e Bethânia colocam que as visitas deverão ter um aspecto de “parceria”, e não de “ameaça”. Assim, durante as mesmas, os conselheiros deverão buscar saber das dificuldades e experiências da entidade face à acessibilidade e inclusão, colocarem-se à disposição para orientações e informações que as mesmas necessitarem. O conselheiro Jorge ressalta que é importante considerar as dificuldades encontradas e que, após cada visita, o CMDPD deverá apresentar relatório sobre o observado. Em seguida, a conselheira Leomarquia faz a leitura da “Ficha Compulsória de Casos de Maus-Tratos Contra Pessoas com Deficiência”. A conselheira Bethânia considera necessário o CMDPD estreitar parcerias com outras entidades, como o Conselho Tutelar, para que as denúncias sejam encaminhadas aos órgãos responsáveis. A conselheira Elisa Baganha também sugere parceria com a Saúde, através de material informativo nas Unidade de Saúde dos territórios, a fim de que as pessoas possam fazer suas denúncias. Pensa-se que o CMDPD deverá ser o mediador, no sentido de orientar à população e de criar um fluxo para que as denúncias cheguem aos órgãos responsáveis. Por fim, pensa-se em difundir a Ficha Compulsória entre esses órgãos. Em virtude do tempo dispendido à discussão sobre o Roteiro e a Ficha, a plenária entende que não é possível abrir para o “Formulário de Inscrição de Entidades” nessa Reunião. Jaqueline Rocha, Assistente Social do CAPS II, questiona o Conselho quanto ao Passe Livre. Ela fala do fim do convênio do CAPS com a Viação Senhor do Bonfim, no que tange à concessão do Passe aos usuários daquele serviço de saúde mental. Segundo Jaqueline, os mesmos não estão podendo renovar seus cartões, e por isso não conseguem tomar a medicação que é aplicada no serviço, prejudicando o seu tratamento. O conselheiro Jorge relata as ações do Conselho face ao Passe Livre, quais sejam: reunião do CMDPD com a Comissão de Assistência Social da Câmara, o Gerente da Empresa Senhor do Bonfim e um representante da Superintendência de Trânsito;

processo aberto no M.P. A conselheira Bethânia orienta sobre ações que podem ser feitas individualmente, junto à Defensoria Pública, em relação ao Passe Livre.

Deliberações:

Aprovados, por unanimidade, o “Roteiro de Visita de Fiscalização”, e a “Ficha Compulsória de Casos de Maus-Tratos Contra Pessoas com Deficiência”, com as modificações propostas.

Formada a Comissão de Vistoria e Fiscalização de Setores Públicos e Privados, a saber: Rita de Fátima dos Santos, Jorge Luís da Silva Nunes, Andréa Rodrigues Portugal, Leomárquia Gonçalves da Silva Libório, Paulo Henrique Gomes, Elisa Chiesorin Baganha.

Encaminhamento:

Difundir a “Ficha Compulsória de Casos de Maus-Tratos Contra Pessoas com Deficiência” entre os órgãos responsáveis pelo recebimento de denúncias.

Vice Presidente do CMDPD

2ª Secretária do CMDPD

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 17 de maio de 2018

Horário de início: 14h

Horário de término: 16h30min

Local: Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho, nº 43, Centro, Angra dos Reis - RJ

Conselheiros governamentais presentes:

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade/Secretaria Executiva de Meio Ambiente)

Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Superintendência de Esporte e Lazer)

Nícolas Aprígio Koenigkam Soares (Secretaria Municipal de Saúde)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Secretaria Executiva de Assistência Social)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Paulo Henrique Gomes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Cíntia Maria Francisco dos Santos (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Demais participantes:

Erico (?)

Miquilina Maria Figueiredo Robeiro (Assistente Social da Escola Municipal de Educação de Surdos/EMES)

Pauta:

- 1)** Apresentação e discussão sobre os contratos dos serviços de Equoterapia e Hidroterapia oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 2)** Apresentação dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, voltados ao público com deficiência;
- 3)** Discussão sobre as formas de divulgação das Leis de Acessibilidade e Inclusão nos serviços públicos e privados do município.

Informes:

A Presidente do CMDPD, Rita de Fátima dos Santos, informa sobre a entrega das chaves dos apartamentos, do empreendimento imobiliário do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, a ser realizada no dia 30 de maio, a partir das 11h, no próprio Vale da Banqueta.

A conselheira Andréa Portugal informa sobre a realização dos Jogos Especiais, no Parque Mamucaba, em 07 de junho, evento que fora solicitado por um grupo de pessoas com deficiência, e que está sendo atendido pela Secretaria Executiva de Esporte e Lazer.

Assuntos discutidos/tratados:

O conselheiro Nícolas Soares apresenta a primeira Pauta, explicando que o contrato dos serviços de hidroterapia e equoterapia fora firmado desde o ano passado, mas possui problemas, principalmente técnicos, que precisam ser ajustados. Segundo ele, atualmente existem 82 pacientes em fila de espera para atendimento de hidroterapia, e a fila se deve, principalmente, à

dificuldade de se dar alta médica ao paciente, o que impossibilita um fluxo no tratamento. Segundo Nícolas, há vários pacientes com mais de um pedido para hidroterapia, muitas das vezes com pedidos de mais de um médico. Portanto, percebe-se que não existe um cruzamento de informações dentro da equipe, o que impede que novos pacientes obtenham esse serviço. Nícolas informa que o contrato do serviço de hidroterapia já está se finalizando, e que o próximo deverá ser mais eficiente. No que tange à equoterapia, o contrato fora assinado há pouco tempo, restando, por isso, um período para se encerrar. O mesmo prevê 60 atendimentos ao mês, dentro de um período de 12 meses. Nesse contrato fora acordado um fluxo nos atendimentos, com um número máximo de paciente, que deverá passar por nova avaliação médica para poder obter nova referência para atendimento. Segundo Nícolas, isso deverá gerar uma rotatividade maior de pacientes, contemplando um maior número. Assim, ele conclui que a dificuldade de se dar alta torna-se a causa principal das filas de espera em ambos os serviços. Ressalta-se que a reabilitação se faz necessária por um período de tempo, e a mesma pode também ser realizada através do esporte, sendo interessante, por isso, encaminhar esses pacientes para atividades esportivas oferecidas pela rede municipal. Nícolas exemplifica com o hipismo, como uma atividade substitutiva da equoterapia. Ele pede a opinião dessa Assembleia, uma vez que entende ser um assunto passível de polêmica. A Presidente do CMDPD, Rita dos Santos, faz um relato pessoal sobre seu tratamento pós cirurgia. Passada uma fase de fisioterapia, o médico lhe deu alta, e o fisioterapeuta lhe instruiu de exercícios que ela deve realizar sempre. Também fora encaminhada para sessões de hidroterapia, mas como não conseguiu vaga, resolveu iniciar atividades esportivas, ofertadas pela Superintendência de Esporte e Lazer da PMAR, o que lhe promoveu significativa melhora física. Assim, ela coloca que seria importante que o paciente conversasse com os médicos e fisioterapeutas a respeito de sua alta no tratamento. Miquilina Ribeiro reforça a fala da Rita, pontuando a importância da comunicação entre paciente e profissionais, de forma a saber quando termina o tratamento intensivo e se inicia a reabilitação. A conselheira Leomárquia

90

Libório destaca os serviços para pessoas com deficiência, posto que, se retiradas das terapias que atualmente lhes são ofertadas, sofreriam consequências físicas sérias, já que seu comprometimento é grande, e a falta de atividades prejudicaria em muito sua qualidade de vida. Ela pergunta se as atividades esportivas promovidas pela prefeitura garantem o acesso das pessoas com deficiência, de forma que possam dar continuidade, sem nenhuma necessidade de interrupção. Rita volta a dizer sobre a importância dos profissionais de saúde considerarem o esporte como meio de reabilitação, prevenindo, assim, regressões no paciente com deficiência, caso venha ser afastado das terapias que lhe são fundamentais. A conselheira Andréa Portugal concorda com a Rita, entendendo ser o esporte uma ferramenta para uma melhor qualidade de vida, principalmente às pessoas com deficiência. Para ela, a Secretaria de Saúde e a Superintendência de Esporte deveriam planejar ações conjuntas, e ambos os profissionais precisariam ser qualificados. Hoje, na Superintendência de Esporte e Lazer, há poucos cujas práticas se voltam para a pessoa com deficiência. Assim, sem qualificação profissional e um programa de trabalho desenhado para a pessoa com deficiência, torna-se inviabilizador qualquer ação. Em função disso, os pacientes com deficiência são referenciados apenas aos serviços de hidroterapia e equoterapia, que acabam sendo os únicos métodos de reabilitação que lhes são oferecidos. O conselheiro Nícolas informa que tem procurado atuar em interface com a Superintendência de Esporte e Lazer, exemplificando com o caso de um paciente que fora encaminhado para atividades esportivas, que já acontecem em seu território. A conselheira Andréa Portugal coloca sua preocupação em encaminhar o paciente com deficiência para algum tipo de esporte, inserindo-o em uma turma formada por pessoas que não sejam deficientes, não levando em conta que esse paciente precisa de um período de adaptação. Andréa considera necessária a adaptação do paciente com deficiência, e a criação de grupos específicos onde o mesmo seja inserido, e só depois de adaptado, passe a participar de outros grupos, com pessoas não deficientes. A conselheira Leomárquia pergunta se mesmo com grupos específicos, para o processo de adaptação dos pacientes com deficiência, continuariam sendo garantidos os atendimentos individuais, sempre que necessário. A conselheira Andréa responde que hoje existem muito pouco profissionais que atuam com pessoas com deficiência, não sendo possível, por isso, garantir um atendimento integral a todos esses pacientes. Além disso, existe a falta de

estrutura adequada para a promoção das atividades, como o caso da piscina do CEAV. Andréa levanta questionamento sobre se o município não poderia investir na prática de hipismo, uma vez que a equoterapia que vem sendo ofertada não é um serviço público, mas terceirizado, e a prefeitura, por si só, não possui a estrutura para bancá-lo. Miquilina problematiza o que realmente se pode realizar através de parcerias entre serviços públicos e rede privada, e menciona a situação do convênio da prefeitura com a Pestalozzi. O conselheiro Nicolas esclarece que o contrato que fora assinado não está de acordo com o exigido pelo Tribunal de Contas. Ou seja, no mesmo não consta o número de atendimentos, o que é algo grave, que fragiliza o contrato. Em função disso, a Pestalozzi não tem conseguido receber recurso do poder público municipal. Ele destaca a importância da Pestalozzi para o município, principalmente para o atendimento da criança e do adolescente. Reconhecendo a qualidade do trabalho prestado pela entidade, ele e sua equipe estão ajudando a Pestalozzi a reformular seu contrato, de forma a detalhar os atendimentos, o monitoramento e avaliação, e outros aspectos que se fazem necessários, a fim de se alcançar que o recebimento do recurso volte a se normalizar. Ele informa que, em março, a transferência pôde ser garantida, mas mediante muito trabalho. Ainda é preciso resolver repasses pendentes, bem como os futuros. Assim, ele ressalta a contribuição dos profissionais técnicos na elaboração dos contratos. Miquilina pontua que esse problema é um reflexo da história das entidades civis no país. Anos atrás, as famílias não contavam com atendimentos de saúde e educação para seus entes com deficiência, principalmente se esses fossem adultos. Ela cita o fechamento do D.I. A conselheira Lucinda Cordoeira explica que o D.I. fora extinto porque não estava em conformidade com os parâmetros legais, o que inviabilizaria o desenvolvimento do programa. A Presidente do CMDPD, Rita dos Santos, ressalva que a falta de parâmetros técnicos na criação de programas é um grande nó, mas cabe à gestão pública, com a sua equipe, fazer as reformulações necessárias, a fim de que um programa não venha a ser extinto, prejudicando o serviço prestado ao público com deficiência. Segundo ela, o governo deve dar subsídios às Secretarias e Autarquias para que tenham melhores condições de atuar em prol da melhoria de vida da população. Miquilina pergunta como os assuntos aqui discutidos têm circulado dentro da

90

equipe de saúde. O conselheiro Nicolas responde que vêm sendo tratados através da produção de manuais técnicos, os quais têm sido distribuídos à equipe de saúde. Entretanto, percebe-se que boa parte não lê, o que demanda um trabalho de “formiguinha”, de longo prazo, em cada unidade de saúde. Nicolas se propôs a realizá-lo, mas não consegue se dedicar com exclusividade, uma vez que possui outras atribuições na Secretaria de Saúde. A Presidente Rita sugere envolver o Conselho Municipal de Saúde, de forma que passasse a atuar junto com o Nicolas. Passa-se à Segunda Pauta, e o conselheiro Nicolas explica que os convênios firmados pela prefeitura para a oferta de próteses, órteses, cadeiras de rodas etc. seguem em Niterói, na APM, AFFR e AFORC. Ele coloca que ocorreram problemas com a marcação, haja vista ser informada na última hora, o que dificultava o agendamento do veículo para o transporte dos pacientes. Para sanar o problema, ele entrevistou perante aquelas entidades, solicitando que a data das consultas fosse avisada com antecedência. Outro problema enfrentado é a demora do recebimento de cadeiras de roda para pessoas com sobrepeso. Houve um aumento da média de peso da população, e a Secretaria de Saúde não possui estoque desse produto, o que tem afetado, principalmente, as situações de emergência. Segundo Nicolas, uma solução poderia ser a devolução, caso não esteja mais sendo usado. Entretanto, como a cadeira é um benefício concedido ao usuário, a Secretaria de Saúde não pode fazer tal solicitação. Miquilina lembra que existem entidades filantrópicas que recebem doação dessas cadeiras, e por isso a Secretaria de Saúde poderia fazer uma parceria com as mesmas a fim de que pudessem ser disponibilizadas, pelo menos, aos casos de emergência. A Presidente Rita reforça a fala de Miquilina, lembrando que alguns políticos já fazem parceria com entidades filantrópicas para tal finalidade. O conselheiro Nicolas informa que das duas cadeiras motorizadas, disponibilizadas na rede municipal de saúde, uma já fora concedida enquanto benefício. Ele conclui sua fala, apontando para a importância da comunicação entre as equipes de trabalho, de forma a tornarem eficientes os serviços prestados, evitando a demora no atendimento. Como o número de profissionais na rede pública tem se apresentado diminuído, a comunicação precisa ser potente. A Presidente Rita cita a sugestão da médica Inês, que seria a de se promover encontros permanentes para a troca

de informações entre os profissionais, as quais incluiriam os serviços prestados à pessoa com deficiência. Miquilina pergunta sobre o fluxo do atendimento de oftalmologia, posto existir uma demanda significativa de alunos da EMDV que aguardam por esse atendimento. O conselheiro Jorge Nunes pontua que os encaminhamentos para o município de Nova Iguaçu não têm sido satisfatórios, em função, sobretudo, de problemas com o transporte. A Presidente Rita lembra do convênio anterior, que contemplava um micro ônibus para transportar os pacientes, mas que fora substituído por outro convênio, que não contempla todos os aspectos do tratamento, de forma que uma parte dos gastos com o mesmo fica por conta do paciente. O conselheiro Nicolás considera importante a participação do Conselho no processo de elaboração das pactuações da prefeitura de Angra com outros municípios. Érico aponta para os questionamentos de um movimento social que surgiu face à transferência do equipamento de oftalmologia, da EMDV para o HGJ, que passaria a ser usado no Centro Oftalmológico do Hospital, a fim de poder atender à demanda que fora gerada depois de um longo tempo sem atendimento na rede. Segundo Érico, essa discussão já fora levada ao Conselho Municipal de Saúde, mas não teve retorno. Miquilina chama atenção para o fato de que existem cerca de 7.000 referências para atendimento oftalmológico; um aluno da EMES aguarda há mais de 5 anos em fila de espera. Érico sinaliza que muitas referências acabam sendo perdidas dentro da Secretaria de Saúde, sendo, impreterivelmente, necessário um maior cuidado com os procedimentos burocráticos, posto que implicam no tratamento e na vida de pessoas. A Presidente Rita pergunta ao conselheiro Nicolás quem é responsável por encaminhar as referências, e ele responde que agendamentos para a rede municipal fazem-se pela Secretaria Municipal de Saúde, e aqueles para tratamento fora do município, fazem-se pelo TFD. Nicolás concorda com o fato de que muitas referências acabam sendo perdidas dentro da própria rede municipal. Miquilina cobra uma ação que agilize, dentro do HGJ, o atendimento para avaliações oftalmológicas dos alunos da EMDV e da EMES que já se encontram em fila de espera. A Presidente Rita sugere a realização de um mutirão para a avaliação dessas crianças, bem como o retorno do ônibus que, já funcionou no município, e como era disponibilizado para cada território, favorecia o acesso da população aos serviços. Érico ressalta que o HGJ conta com seis profissionais que fazem de 30 a 40 atendimentos diários, e o conselheiro Paulo Henrique corrige-o, trazendo que hoje são apenas dois profissionais, posto que os outros quatro encontram-se de

licença médica, o que tem comprometido os atendimentos. A Presidente Rita propõe pensar na viabilidade em criar um fluxo específico para os encaminhamentos dos pacientes com deficiência, mas essa Assembleia entende que na saúde pública não se pode definir um fluxo como prioridade, já que a oferta de serviços de saúde é prioridade para todas as pessoas. O conselheiro Paulo Henrique também concorda com o fato das referências para exames, consultas com especialistas etc. acabarem se perdendo, e sinaliza que, na maioria das vezes, a perda começa pelas unidades de saúde, de onde sequer partem as referências. O conselheiro Nicolás informa que esse problema deve ser notificado à Ouvidoria SUS, para que o fluxo possa ser corrigido e melhorado. Nicolás pontua que seria interessante o Conselho convidar um representante da Santa Casa de Misericórdia para as suas Assembleias Ordinárias. A conselheira Andréa Portugal pede a fala, e avalia que restou pouco tempo para a organização dos Jogos Especiais, no Parque Mambucaba, e que o local destinado não possui a acessibilidade adequada para os deficientes, o que compromete sua participação. Andréa pede à conselheira Lucinda Cordoeira que pontue a questão para a Secretaria de Educação, pois as escolas da rede municipal também estarão nos Jogos Especiais. Segundo Andréa, é preciso que ambas as Secretarias trabalhem juntas para a plena realização do evento. A Presidente Rita concorda com a falta de acessibilidade no local escolhido, sinalizando que as entidades civis acabarão não participando. A conselheira Andréa parabeniza o investimento da gestão municipal atual no esporte, posto ser uma ferramenta fundamental para o tratamento da saúde e uma melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência. Assim, ela reforça a importância de ações conjuntas entre as Secretarias de Saúde e Esporte, e do reconhecimento de que a transição do paciente, do tratamento terapêutico para as atividades esportivas, deva se dá de forma paulatina, considerando as especificidades de cada caso, o que inclui o tempo de adaptação de cada um. O conselheiro Nicolás concorda com o fato de que se deve considerar cada caso individualmente.

Encaminhamento:

Pedido de Pauta para a Reunião Ordinária de junho, feito pela conselheira Leomárquia Libório, sobre a redução da carga horária dos funcionários públicos municipais que cuidam de familiar com deficiência.

Presidente do CMDPD

Segunda Secretária CMDPD**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Data:** 19 de julho de 2018**Horário de início:** 14h25min**Horário de término:** 16h30min**Local:** Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho, nº 43, Centro, Angra dos Reis - RJ**Conselheiros governamentais presentes:**

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Secretaria Executiva de Assistência Social)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Ester Souza da Silva (Comissão de Divulgação do Autismo)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Demais participantes:

Rosiane Viana Ferreira Leal

Ana Paula M. de Carvalho Leal

Arlene M. Aguiar

Vereador André Porto Pereira

Pauta:

- 1) Discussão para implementar ações para o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, que será em setembro;
- 2) Formação de Comissão para realizar uma Audiência Pública referente a redução da carga horária de mães servidoras com filhos deficientes;
- 3) Formas de divulgação do símbolo da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista nos serviços públicos e privados;
- 4) Implementação de ações contra a colocação de veículos nas calçadas, obstruindo, assim, a passagem dos pedestres, principalmente, das pessoas com deficiência;
- 5) Esclarecimentos sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania.

Informes (se houver):

Não há informes.

Assuntos discutidos/tratados:

A Presidente Rita dos Santos inicia a reunião explicando o motivo pelo qual não houve a Reunião Ordinária deste Conselho do mês de junho. Explica que, no dia e horário desta Reunião aconteceu a segunda votação na Câmara Municipal da Lei do Passe Livre para Pessoas com Deficiência e seus Acompanhantes e que, precisava da mobilização dos Conselheiros no Plenário da Câmara em prol da aprovação desta Lei. Depois, Rita introduz o primeiro item da Pauta propondo que fizéssemos no dia 21 (vinte e um) de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, um Seminário com o tema Obstáculos e Desafios para Implementação de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência, chamando para palestrar representantes de várias deficiências e que precisamos planejar toda a infraestrutura deste evento, como por exemplo:

local da realização do mesmo, veículo para buscar e levar os palestrantes e *coffebreak*. A conselheira Vanessa da Silva que, para setembro fica complicado de realizar este Seminário já que, até mesmo para eventos promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania está sendo difícil e demorado para conseguir o *coffebreak*. Ela cita inclusive, que para o Seminário promovido pelo Conselho Municipal do Idoso ocorrido no mês de junho foi preciso conseguir doações para o lanche dos participantes. A conselheira também propõem que fizéssemos no Dia Nacional da Pessoa com Deficiência uma mobilização na Praça da Matriz, da mesma forma que foi feito no ano passado. A Presidente Rita então sugere que realizássemos o Seminário no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em dezembro. A conselheira Marilda de Oliveira sugere que no Dia Nacional da Pessoa com Deficiência em setembro que fizéssemos uma passeata das pessoas com deficiência envolvendo as entidades ligadas a elas, saindo da Rua Raul Pompéia no Centro da cidade até a Praça da Matriz. A Presidente Rita acrescenta dizendo que devemos começar a passeata por volta das 9h e, ao chegarmos na Praça da Matriz, ficarmos mobilizados com cartazes e folders do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de entidades pertencentes ao mesmo, até às 16h. Assim, o Vice-Presidente Jorge Nunes coloca para a votação, sendo aprovado por unanimidade a proposta de que no dia 21 de setembro será feita a passeata, começando às 9h, saindo da rua Raul Pompéia até a Praça da Matriz. Lá, será feita uma mobilização do Conselho e das entidades com música, divulgação e esclarecimentos à população através de cartazes e folders. Em seguida, a Presidente Rita passa para o segundo tema da Pauta sugerindo que realizássemos uma Audiência Pública na Câmara Municipal, envolvendo o Executivo e Legislativo e as mães servidoras com filhos com deficiência. Estas mães fariam de suas experiências e dos problemas que estão enfrentando diante da indefinição e da incerteza no que se refere a redução de carga horária, dificultando assim, o cuidar de seus filhos. Rita continua dizendo que o objetivo dessa Audiência Pública é de pressionar o Governo Municipal e os Vereadores para que a redução de carga horária de mães servidoras com filhos com deficiência se torne Lei. A conselheira Leomárquia Libório fala da sua preocupação na realização dessa Audiência Pública já que algumas mães servidoras têm medo de se exporem, achando que podem sofrer represaria por parte da gestão, como por exemplo, serem transferidas para um setor mais distante de suas residências, diminuindo ainda mais o tempo disponível para cuidar de seus filhos. Rosiane Leal, que é uma mãe servidora de filho com deficiência, e que está participando desta Reunião, esclarece que foi determinado pelo Secretário de Administração que a redução de carga horária de mães servidoras com filhos com deficiência seria de acordo com o grau de complexidade da deficiência desses filhos e do grau de dependência dos mesmos em

93

relação às mães; além de, também levar em conta o tempo de tratamento de saúde que esses filhos precisam. Rosiane Leal explica ainda que a sua redução é de 33% da carga horária pelo fato de seu filho ser dependente dela, está na fase adulta e que faz tratamento de fisioterapia em domicílio. Ela também diz que tem mães que possuem uma redução de apenas 10% da carga horária, sendo somente para que esta mãe acompanhe o tratamento do seu filho e depois retorne, se for o caso, ao setor de trabalho. Diante disso, a Presidente Rita propõem que seja formada uma Comissão deste Conselho para se reunir com a Comissão Permanente de Assistência Social da Câmara Municipal para se discutir a problemática dessas mães e, se for o caso, buscar meios para alterar a redação do Art. 74 da Lei 412/95 (Estatuto do Servidor Público Municipal). Rita então pergunta a plenária quem deseja fazer parte dessa Comissão, e se oferecem as seguintes pessoas: As conselheiras Rita de Fátima dos Santos, Leomárquia Libório, Ester da Silva e Marilda de Oliveira; O conselheiro Jorge da Silva Nunes e as mães servidoras presentes nesta reunião, Rosiane Leal e Ana Paula Leal; sendo aprovada por unanimidade esta composição. O conselheiro Jorge Nunes sugere que é fundamental que a Comissão deste Conselho aprovada agora deve se reunir antes da Reunião com a comissão da Câmara, a fim de traçar pontos a serem discutidos nesta Reunião. Assim, se decide que a Comissão do CMDPD se reunirá no próximo dia 27 (vinte e sete) de julho, às 14h na antiga Sub Secretaria de Habitação. Dando continuidade, a Presidente Rita entra no terceiro item da Pauta passando para a conselheira Marilda de Oliveira que afirma que existe um Projeto de Lei do Vereador Hélio Severino de Azevedo, referente à divulgação do símbolo do autismo nos estabelecimentos públicos e privados e que, ela e a conselheira Ester da Silva foram ao gabinete do referido Vereador para agendar uma reunião e discutir sobre o

assunto. A conselheira Marilda de Oliveira diz que chegando lá, informaram a elas que o Projeto de Lei está com o Vereador Thimoteo Cavalcante Albuquerque de Sá para análise e que, como a Câmara Municipal está em recesso, foi pedido para que elas voltassem em agosto. A conselheira ainda afirma que, quando estiver agendada com o Vereador, comunicará ao Conselho. Pela urgência e complexidade do tema, a plenária decide passar para o quinto item da Pauta que é sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Assim, a conselheira Vanessa da Silva esclarece que todos os beneficiários do BPC precisam procurar o CRAS mais próximo da sua residência para fazer o cadastro no cad único e fazer a revisão do mesmo até dia 28 (vinte e oito) de dezembro do corrente ano. Vanessa ainda coloca que a Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania através do serviço da Coordenação da Pessoa com Deficiência está realizando entrevistas com famílias de crianças com deficiência de zero à 18 anos em idade escolar, afim de verificar se as mesmas estão na escola ou se não frequentam por algum motivo. Apesar de não estar na Pauta desta Reunião, começa-se a se discutir a problemática do Passe Livre Municipal para as pessoas com deficiência. A Presidente Rita aponta que apesar da Lei do Passe Livre ter sido aprovada e publicada, existem ainda muitos problemas, ou seja, algumas pessoas com deficiência e seus acompanhantes estão tendo que pagar passagem nos ônibus municipais devido ao bloqueio dos cartões e da não liberação deste Passe para o acompanhante. Também Rita coloca que no caso para algumas pessoas com deficiência, a aquisição de laudo médico que as comprovam é muito demorado na rede pública de saúde, não conseguindo cumprir o prazo exigido para a aquisição e renovação do Passe Livre. O conselheiro Jorge Nunes aponta que ainda não se definiu a quantidade de acompanhantes cadastrados para cada pessoa com deficiência, dificultando ainda mais a questão. O Vereador André Porto Pereira, que está participando desta Reunião Ordinária, se compromete de levar estas questões aos Vereadores e que posteriormente comunicaria a este Conselho o resultado disso. Em virtude de tempo e da complexidade das discussões dos temas em questão, o quarto item não pôde ser discutido e fica para a próxima Reunião Ordinária. Assim, as 16h30min a Presidente Rita encerra a Reunião.

Deliberações (se houver):

Formação da Comissão para se discutir a redução de carga horária de mães servidoras com filhos com deficiência.

Encaminhamentos:

Elaborar um ofício para a Comissão Permanente de Assistência Social da Câmara Municipal, agendando uma Reunião com a Comissão deste Conselho aprovada nesta Reunião Ordinária.

Presidente do CMDPD

Vice-Presidente do CMDPD**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Data:** 16 de agosto de 2018**Horário de início:** 14h**Horário de término:** 16h**Local:** Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho nº 43, Centro de Angra dos Reis /RJ**Conselheiros governamentais presentes:**

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Demais participantes:

Thiago Gomes da Silva Nuyens (Associação Angrense dos Deficientes Físicos)

Miquilina Maria Figueiredo Robeiro (Assistente Social da Escola Municipal de Educação de Surdos/EMES)

Pauta:

1) Implementação de ações contra a colocação de veículos nas calçadas, obstruindo assim a passagem dos pedestres, principalmente, das pessoas com deficiência;

2) Retorno das Reuniões feitas pela Comissão do CMDPD com a Comissão de Assistência Social da Câmara e com a Secretaria de Governo sobre os seguintes temas: Questões que envolvem o Passe Livre e sobre a redução de carga horária de mães servidoras com filhos com deficiência;

3) Apresentação e discussão sobre o ofício do Ministério Público, Nº 929/18, que se refere a denúncia feita por este conselho sobre o Passe Livre.

Informes:

Não há informes

Assuntos discutidos /tratados:

A presidente do CMDPD Rita de Fátima inicia a Reunião tratando sobre o assunto de acessibilidade nas ruas da cidade. Jorge sugere uma caminhada pelas ruas do centro da cidade com faixas e cartazes. Fica combinado que será realizada no dia 03 de setembro de 2018. Essa caminhada será filmada e fotografada para registrar os obstáculos que o deficiente encontra ao andar pela cidade de Angra. O principal problema colocado pelo grupo são os carros estacionados em cima das calçadas, o que tem causado muitos problemas, principalmente no trajeto onde funcionam as escolas especiais, no Parque das Palmeiras. Também fala-se sobre a falta de vagas para estacionamento de deficientes em locais como a UTD, Pestalozzi entre outros serviços. O relatório produzido a partir desta caminhada deverá ser levado à Superintendência de Trânsito

para que se tomem providências. No assunto sobre a redução de carga horária para o funcionário público, no caso de responsáveis por pessoas com deficiência, é decidido que Leomárquia convidará as funcionárias que se encontram nessa situação para uma reunião a fim de discutir os melhores caminhos a seguir. Sobre o ofício do Ministério Público ao Conselho é decidido que se envie um documento em resposta colocando a necessidade de um prazo maior para o posicionamento do Conselho em relação ao processo do passe livre, já que a nova lei foi implantada há pouco tempo para uma avaliação. A Reunião é encerrada sem contemplar o segundo item da Pauta em virtude de tempo.

Deliberações:

Não há Deliberações.

Encaminhamentos:

- 1) Será realizada uma caminhada pelas ruas do centro da cidade no dia 3 de setembro de 2018, com faixas e cartazes, apontando as barreiras que impedem a acessibilidade das Pessoas com Deficiência. Em seguida será enviado Relatório à Superintendência de Trânsito.
- 2) Será enviado ofício ao Ministério Público colocando a necessidade de um prazo maior para o posicionamento do Conselho em relação ao processo do passe livre, já que a nova lei foi implantada há pouco tempo para uma avaliação.

Presidente do CMDPD

Secretário Administrativo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**Data: 18 de outubro de 2018****Horário de início: 14h30min****Horário de término: 16h30min****Local:** Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho nº 43, Centro de Angra dos Reis /RJ**Conselheiros governamentais presentes:**

Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Superintendência de Esporte e Lazer)

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania/Secretaria Executiva de Assistência Social)

Conselheiros da sociedade civil presentes:

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Demais participantes:

Adelino Neto G. Pampuri (Estagiário do CMDPD)

Arlene Mattos de Aguiar (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania)

Pauta:

1) Planejamento e organização do Primeiro Regional de Conselhos na Área da Pessoa com Deficiência que será realizado no próximo dia 23.

Informes:

Não há informes.

Assuntos discutidos/tratados:

Rita de Fátima dos Santos, a Presidente, inicia a Reunião lendo a pauta e considerando a alteração do local do evento da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira (Rua Coronel Carvalho 21) para o auditório do CEAV (logo ao lado) por motivos de acessibilidade e número de participantes estimado. Foi dito que poderia ser a Igreja Batista ou Igreja dos Mórmons, mas se esclareceu que esses espaços não estão mais disponíveis para promover estes encontros por negativa das próprias instituições religiosas. Em função do local anterior ter sido publicado em diversos meios (Boletim Oficial, Rádio, convites etc.) deve haver uma ou duas pessoas para recepcionar os participantes os credenciando ou conduzindo para o CEAV para o credenciamento lá. Citam a possibilidade de um estagiário. Reconhecem também por unanimidade a necessidade de um intérprete. Lembra-se que a Câmara dispõe de um, mas terça-feira é dia de sessão da Câmara. Jorge fica de fazer contato com a assistente social Miquilina para este assunto. Discute-se ainda sobre as doações de alimentos para *coffee break* (pães, café, biscoito, bolo e outros itens). Em relação às mesas de discussão critica-se o fato de não dispor da participação do CRAS e CREAS. Problematiza-se a omissão do CREAS em citar o número de denúncias de maus-tratos e negligência da pessoa com deficiência reconhecendo-se que deveria-se mudar o fluxo do mesmo que só atende às vítimas, considerando a fragilidade /limitação destas pessoas em relação à sua autonomia e independência /empoderamento. A mesa de abertura será composta pelas Secretarias e deve haver o tempo determinado de cada uma para a fala por se tratarem de muitas. A segunda mesa, que se refere a Demanda de Políticas Públicas e seus Dispositivos Jurídicos, será composta pelo Ministério Público Federal, Estadual, Defensoria Pública e OAB, além de representante do Colégio Naval. Discute-se que seria importante a participação do INSS no encontro, mas a assistente social está em licença maternidade até janeiro de 2019. Debate-se a falta de acessibilidade, plano de governo, ações da gestão, plano de evasão do município em caso de acidente nuclear e cita-se a importância de uma secretaria específica da pessoa com deficiência. A Presidente Rita cita o município de Maricá como exemplo nesta política. Vanessa Davies sugere que da próxima vez seja feito uma capacitação para os conselheiros e não um encontro de conselhos. Assim, a Presidente Rita encerra a reunião às 16:30h.

Deliberações:

Não há Deliberações.

Encaminhamentos:

Jorge vai confirmar a presença de representantes de outras instituições que vão compor as mesas, principalmente a segunda mesa.

Vanessa Davies vai providenciar datashow, caixa de som e a possibilidade do estagiário para apoiar no credenciamento.

Jorge vai verificar um intérprete junto assistente social Miquilina.

Presidente do CMDPD

Secretário Executivo do CMDPD

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**Data: 22 de novembro de 2018****Horário de início: 14h30min****Horário de término: 16h50min****Local:** Sede da Previdência Social (INSS), Rua Coronel Carvalho nº 43, Centro de Angra dos Reis /RJ**Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Nicolas A. Koemigkam Soares (Secretaria de Saúde)

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania /Secretaria Executiva de Assistência Social)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:

Carlos Eduardo Laranjeiras (Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio)

Waslington Paz (Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio)

Elisa Chiesorin Baganha (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Leomarquia Gonçalves da Silva Libório (representantes de trabalhadores de setores que atuam com a Pessoa com Deficiência)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Demais participantes:

Adelino Neto G. Pampuri (Estagiário do CMDPD)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania) – Sala dos Conselhos

João Alves da Silva Junior (Associação dos Aposentados e Pensionistas de Angra dos Reis) - CMI

Walchyr Vicarone dos Reis (Associação dos Aposentados e Pensionistas de Angra dos Reis) - CMI

Pauta:

1ª. Considerações sobre o "Primeiro Encontro Regional de Conselhos de Direito das Pessoas com Deficiência", realizado no dia 23/10/2018, em Angra dos Reis.

2ª. Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e Conselho Municipal do Idoso (CMI) discutindo, conjuntamente, a atenção aos cuidadores de idosos, pessoas com deficiência e doenças graves no município.

Informes:

Rita informa que dia 27 às 10 horas estará em reunião com o trânsito na Sala dos Conselhos para resolver a questão dos indeferimentos de passe livre de alguns deficientes.

Rita também informa que estará dia 28 no centro do Rio de Janeiro na sede do DETRO para resolver a situação do RioCard, que vem sendo negado para moradores de outros municípios.

Assuntos discutidos/tratados:

Desde o aguardo da Reunião já há certa agitação e incômodo por parte do Conselheiro João do Conselho Municipal do Idoso (CMI) pelo calor, falta de água e de banheiro no local. Ele diz não concordar que as reuniões passem a ser neste lugar (anexo do INSS) e se queixa do convite para o espaço que considera um "desrespeito à dignidade do idoso".

Jorge Luis explica que o CMI pode continuar realizando suas reuniões na Sala dos conselhos, próximo a Secretaria de Promoção Social e do Teatro Municipal, e que esta se trata de uma Reunião Especial.

Rita, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência (CMDPD), dá abertura à reunião e esclarece que não significa a mudança do local para o CMI e sim uma reunião conjunta no espaço em que já ocorre a reunião do CMDPD, para tratar de assunto em comum, conforme a pauta. Ela valoriza o Projeto "INSS de portas abertas" contando que o CMDPD não pode usar as salas do segundo andar em função das deficiências, mas que se sente honrado em usar a sala do primeiro pavimento para fins de discussão de direitos.

A funcionária da Sala dos conselhos Vanessa Trindade argumenta a importância desta Reunião, e informa os pormenores, para os que não haviam lido no grupo de WhatsApp nem recebido contato telefônico sobre a mesma, ressaltando a relevância do cuidado ao cuidador. Ela cita que a assistente social Laurentina da Medicina do Trabalho e do CEM da Japuíba se põe à disposição para pensar em programas nesse sentido, enquanto profissional de saúde.

João compreende a importância do tema e cita alguns casos de denúncia sobretudo de responsáveis legais da família do idoso, como filhos e noras, que ficam com benefícios de idosos, não repassando o dinheiro e nem zelando pelos cuidados necessários.

Um conselheiro, que será mantido o sigilo por questões de proteção, faz uma consideração em relação à verba do CMI, porque apesar de terem recebido o Fundo Municipal, não há transparência sobre os valores que tem direito, tendo inclusive que passar um pires para obter dinheiro por "vaquinha" num evento comemorativo do dia do idoso no mês de setembro. Ele alega que estas incoerências são motivadoras para a evasão dos idosos neste espaço do conselho, que deveria ser de poder e de fazer.

Rita sugere que em outro momento, com calma, se pegue as leis "Estatuto do Idoso" e "Estatuto da Pessoa com Deficiência" e que junto a um advogado possa ser traçado o que é possível, antes de qualquer tipo de trabalho conjunto, principalmente relacionado à verba, uma vez que todo presidente do conselho tem uma grande responsabilidade quanto à prestação de contas, e inclusive pode até ser preso por desvio de verba sem no entanto ter tido nenhum gerenciamento sobre ela. Rita alega que é preciso ter uma contrapartida para que o serviço

destas pessoas, que é voluntário, produza de fato políticas melhores.

Rita ressalta que o Sr. Walchyr, Vice Presidente do Conselho Municipal do Idoso que estava presente, foi junto a ela o condutor e responsável pela implementação de Conselhos de Direito na cidade de Angra dos Reis, pois quando ninguém nem pensava nisso eles agiram como pioneiros nesta direção.

Rita conta que apesar do CMDPD não possuir verba, também nunca possuiu nenhum tipo de problema neste sentido, manifestando que não tem interesse de buscar este fundo. Ela explica que apesar de não ter recurso o Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência possui um cronograma de trabalho e sabe onde quer ir.

Vanessa Trindade questiona qual o maior objetivo do Conselho de idosos no momento e Sr. Walchyr disse que estavam preocupados com a falta de material em entidades como associação dos aposentados.

Sr. Walchyr, vice presidente do CMI e representante da AAPAR, confirma junto ao Conselheiro João que o assunto de maior interesse no momento para o grupo em relação ao financiamento é a verba do fundo municipal, explicando inclusive que a falta de quorum tem sido pela indignação com esse tema.

Vanessa Trindade sugere que eles solicitem as informações para a Secretaria de Promoção Social a fim de esclarecer os gastos e a disposição de recurso, mas os idosos revelam que isso já havia sido feito por uma funcionária do controle interno, sem contudo terem ficado convencidos, já que nessa explanação teria sido dito que a Associação Pestalozzi recebe verba deste fundo sem ter passado pela aprovação do Conselho somente porque mantinham convênio antigo na cidade de Angra dos Reis junto ao Conselho Municipal de assistência social, tendo sido redirecionado para o fundo do Idoso por ser uma entidade que atua mais com este perfil (SIC).

Para Sr. Walchyr o recurso do Fundo, formado por doações, multas, entre outros recursos, deve ser distribuído de forma igualitária para as três entidades que compõem este Conselho, para compra de materiais destas. Revelam saber da dificuldade de se utilizar verbas deste tipo citando a confecção dos crachás do Conselho, que apesar da importância para identificação foi por muitas vezes não reconhecido como necessidade pelos gestores.

Alegaram entender que a Secretaria pode realizar projetos e programas para algum segmento populacional utilizando a verba e destinando-a sem dificuldades, enquanto os conselheiros encontrariam muitas barreiras para concretizar ações que julgarem necessárias para este mesmo público.

Vanessa Davies ressalta que todo projeto deve passar pelo marco regulatório desde junho de 2018 e os demais conselheiros alegam que essa legislação é nova. Ela diz que nenhuma instituição preenche ainda os requisitos deste.

Rita deixa claro que não se interessa em trabalho conjunto enquanto houver este impasse, indicando o estudo dos estatutos e a disponibilidade para um encontro de presidentes e vices com o secretário Jorge Eduardo, a fim de dar resolutividade ao caso.

Vanessa Trindade indica que essas informações devem constar nas leis de criação dos conselhos e nos seus regimentos. Ela cita que também indica algumas atividades sem depender de verba como a realização de sessões de filmes, que poderiam utilizar do site Videocamp, sobre o assunto da deficiência e do envelhecimento, para ampliar a participação da população e o conhecimento de políticas nacionais e internacionais neste sentido.

Rita diz que preferia conhecer material dos filmes para saber se vale a pena ser compartilhado e somente aceitá-los se estivesse em coerência com as ideias do Conselho Jorge Luis fala que gosta da ideia e acha que pode ser um importante espaço para socialização e troca de conhecimento.

Alisson entende que censurar pelo conteúdo dos filmes vai depender mais de tempo e que qualquer assunto relacionado ao tema é pertinente a causa. Ele aposta que pode ser concretizado em forma de experiência e depois reavaliado e até suspenso se não parecer interessante. Foi-se em processo de votação e por maioria simples se aceita a ideia/ proposta de Alisson.

Alisson fica de fazer contato com Marlene e/ou Maicon da Secretaria de Cultura para buscar consolidar as sessões de filmes no teatro municipal, e além desse auditório também já ficar reservado para reunião do CMDPD e oferecer ofício de cessão e autorização do espaço para

toda a terceira quinta-feira do mês (data na qual ocorre a reunião do CMDPD).

Vanessa Trindade entende que não é preciso ter pressa, uma vez que 13 de dezembro será a confraternização do CMDPD, entendendo assim que estas ações serão para 2019.

Vanessa Trindade chama atenção para necessidade de interação de conselhos citando que esta Reunião Ordinária não ocorreria se não fosse em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) por falta de quorum, o que faz urgente pensar em estratégias a esse respeito.

Jorge Luis passa um informe de audiência pública que foi agendada sobre o "Estatuto do Idoso", a ser realizada dia 28 de novembro às 10 horas, na Câmara Municipal.

Com o esgotamento das discussões referentes à pessoa idosa, os conselheiros do CMI que representam a sociedade civil deixam a reunião às 15:30h. Os demais participantes permanecem com assuntos sobre a pessoa com deficiência, que consta a seguir:

Nicolas explica que teve interesse na reunião por causa da discussão sobre cuidadores e conta que se indigna com a notícia que viu na rede globo de televisão, disponível na globoplay, de que a APAE de Angra dos Reis poderia ser fechada. Ele diz que na matéria entendeu que a mudança da lei foi por causa da corrupção, mas lamentou que muitas pessoas que realmente fazem pelos deficientes podem ser penalizadas por isso. Ele explicou que por exemplo sabe da competência da instituição da Pestalozzi há muitos anos, mas que ficou surpreso quando entrevistaram um paciente que alegava ser tratado pela APAE há 20 anos, já que esta instituição só está a um ano na cidade de Angra dos Reis.

Rita diz que em muitas situações do bairro do Frade ela que é chamada para resolver, porque o poder público não chega lá. Vanessa Davies confirma que o mesmo ocorreu com as visitas para atualização de cadastro único enquanto exigência do BPC no Morro da Constância, pois os trabalhadores /entrevistadores foram impedidos de subir.

Alisson entende que estas questões são de tráfico e que por isso o poder público não tem gerência.

Rita informa que dia 27 às 10 horas estará em reunião com o trânsito na sala dos conselhos para resolver a questão dos indeferimentos de passe livre de alguns deficientes.

Alisson fez defesa em cima do funcionário Amílca dizendo que há muitas fiscalizações que a população em geral não tem conhecimento, e que como engenheiro e servidor ele tem o papel de defender a política e os trabalhadores que atuam nela. Rita explicou que sua fala não foi contra o profissional, que inclusive é seu amigo, e que nem se trata de problema pessoal, e sim somente pelo procedimento de não obter justificativa dos processos, apenas havendo indeferimento e pedido de que se abra novo processo. Ela ressaltou que para conseguir os laudos já havia sido feito um complexo movimento de sensibilização de médicos.

Rita também informa que estará dia 28 no centro do Rio de Janeiro na sede do DETRO para resolver a situação do RioCard, que vem sendo negado para moradores de outros municípios. Vanessa Trindade cita o Programa "tarifa zero" em municípios como Maricá e que a cidade de São Paulo já defendeu por entender os altos custos com cartões, cobradores e administração de passagens.

Marilda cita que algumas crianças receberam o Bonfim Card especial não estendendo o direito às mães que necessitam voltar para suas casas no período em que elas estão em tratamento para que não ficassem de 13 às 17 horas por exemplo à disposição, aguardando o fim do atendimento na Pestalozzi.

Vanessa Davies cita que esta medida é necessária para que não se faça mal uso do cartão por familiares que possam tirar proveito deste possibilidade.

Vanessa Trindade esclarece que no município do Rio de Janeiro o acompanhante utiliza o mesmo cartão e nunca foi separado como por muito tempo foi em Angra dos Reis. Marilda insiste que Giovanetti era secretário de governo e disse que poderia conceder aos dois cartões nessas situações.

Em relação à pauta das considerações sobre o primeiro encontro Regional dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência, Rita elogia o evento e explica que tem tido uma boa recepção por parte das esferas jurídicas e contemplando a participação do MP Estadual Federal e da Comissão da OAB que acrescentou muito. Ela julga que foi produtivo e que contou com a

presença de todas as secretarias, além de elaborar propostas como a criação da Coordenadoria Municipal da pessoa com deficiência, a aquisição de uma van para Secretaria de Esporte e a redução de carga horária dos Servidores que atendem dependentes com deficiência.

Vanessa Davies lamenta possível gafe de não terem convidado a comissão de assistência social e direitos humanos da Câmara, mas Jorge Luiz explica que toda a câmara recebeu e protocolou o convite. A reunião se encerra às 16:50h.

Deliberações:

Aprovação de sessões de filmes relacionados ao tema da pessoa com deficiência a serem implementados em 2019.

Encaminhamentos:

Alisson fica de fazer contato com Marlene e/ou Maicon da Secretaria de Cultura para buscar consolidar as sessões de filmes no teatro municipal, e além desse auditório também já ficar reservado para reunião do CMDPD e oferecer ofício de cessão e autorização do espaço para toda a terceira quinta-feira do mês (data na qual ocorre a reunião do CMDPD).

Presidente do CMDPD

Secretário Executivo do CMDPD

